



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

PARECER: 50/96

96.07.04

RECLAMANTE: Companhia de Seguros Ocidental

ENTIDADE RECLAMADA: Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil

1. A Ocidental - Companhia de Seguros de Vida, SA. requereu ao Director Clínico do Instituto Português de Oncologia que remetesse, à atenção do seu Director Médico, Dr. Fernando Cavaco, uma cópia do Boletim de Consulta ou Internamento de Arvelina Bom Sucesso Rainho, que falecera em 18 de Novembro de 1995.
2. O documento solicitado era, na exposição da Companhia de Seguros, fundamental para que a mesma pudesse decidir quanto ao pagamento da indemnização relativa ao seguro de vida.
3. O Director do Centro de Lisboa do Instituto Português de Oncologia comunicou à Companhia de Seguros que só poderia dar satisfação ao requerido se a mesma obtivesse, para o efeito, um parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.
4. Sendo a Companhia de Seguros uma pessoa colectiva, a primeira questão que se coloca é a de saber se pode ou não prevalecer-se da Lei 65/93, de 26 de Agosto, para ter acesso ao documento administrativo em causa.

O artigo 1º desta lei parece afastar tal possibilidade ao referir que o “acesso dos cidadãos aos documentos administrativos é assegurado pela Administração Pública (...)”.

Só que esta Comissão tem seguido uma doutrina mais consentânea com o espírito do legislador, na sequência da interpretação do nº 1 do artigo 7º da mesma lei, que refere “todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos (...)”.



Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

Assume-se, pois, que a Ocidental - Companhia de Seguros de Vida, SA. tem direito, como qualquer outra pessoa colectiva, a aceder ao conteúdo de documentos administrativos.

5. A Lei nº 65/93 coloca a qualquer cidadão ou pessoa colectiva requisitos cuja satisfação é necessária para se ter acesso ao conteúdo de docu-

mentos nominativos referentes a informações de carácter médico:

- a) Se o acesso não for requerido pela pessoa a quem digam respeito, o terceiro requerente tem que demonstrar interesse directo e pessoal;
 - b) A invocação do interesse directo e pessoal tem de ser acompanhada de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;
 - c) Se o acesso a documentos administrativos de carácter nominativo implicar o acesso a informações de carácter médico, as mesmas só podem ser prestadas através de médico designado pelo requerente.
6. Assim sendo, e devendo qualificar-se o acesso pretendido como envolvendo o conhecimento de dados de carácter médico, é evidente que o Instituto Português de Oncologia fez exactamente o que tinha a fazer: embora estivesse demonstrado o interesse directo e pessoal da Companhia de Seguros, faltava o parecer da CADA sobre a matéria.
7. Assim sendo, e tendo sido já designado um médico a quem facultar o acesso directo às informações solicitadas - o Director Médico da Ocidental-Companhia de Seguros Vida, SA., Dr. Fernando Cavaco - esta Comissão delibera dar parecer favorável a que o Instituto Português de Oncologia satisfaça a pretensão da requerente, facultando-lhe cópia do Boletim de Consulta ou Internamento referente a Arvelina Bom Sucesso Rainho.

Lisboa, 4 de Julho de 1996

Albino Soares (Relator) - Fernando Condesso - Mário Rui Marques de Carvalho - João Figueiredo - Hélio Corvelo de Freitas - José Renato Gonçalves - Branca Pena do Amaral - João Labescat - Armindo José Girão Leitão Cardoso (Presidente)